

GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE COIMBRA

Certifico, que por escritura de 29 de Março de 2004, exarada a fls. 74 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 786-B, do 2.º Cartório Notarial de Coimbra a cargo da notária em regime de substituição Maria Lucília Ferreira Antunes Martins, foi constituída uma associação por tempo indeterminado, denominada Grande Área Metropolitana de Coimbra, com sede provisória na Praça de 8 de Maio, Edifício da Câmara Municipal, em Coimbra, podendo ser transferida para outro qualquer lugar situado na sua área territorial, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros da assembleia metropolitana.

Municípios associados

1 — A associação é constituída por associação entre os seguintes municípios fundadores: Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova, Penela, Soure, Vila Nova de Poares e Tábua.

2 — Podem participar ainda como municípios associados todos aqueles que cumpram os requisitos da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio e cuja adesão seja aprovada em assembleia metropolitana.

Os municípios associados obrigam-se a:

- a) Não pertencer simultaneamente a outra área metropolitana;
- b) Não integrar uma comunidade intermunicipal de fins gerais;
- c) Permanecer na associação por um período de cinco anos a contar da data de constituição.

Atribuições

1 — A associação tem como atribuições possíveis todas aquelas que lhe forem transferidas pela administração central e pelos municípios associados e as seguintes:

- a) Articulação dos investimentos intermunicipais de interesse supramunicipal;
- b) Coordenação de actuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas áreas de:

1 — Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público;

2 — Saúde;

3 — Educação;

4 — Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;

5 — Segurança e protecção civil;

6 — Acessibilidades e transportes;

7 — Equipamento de utilização colectiva;

8 — Apoio ao turismo e à cultura;

9 — Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer.

c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;

d) Estão territorial na área dos municípios associados.

Extinção e liquidação**Forma e regime**

1 — A associação é extinta por deliberação da assembleia metropolitana, por maioria de dois terços dos membros presentes.

2 — A extinção poderá materializar-se através de dissolução, de fusão ou de cisão.

3 — Em qualquer dos casos, o procedimento a adoptar para a extinção da associação comportará a liquidação do respectivo património nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio.

Alteração dos estatutos

1 — Os estatutos da associação só podem ser alterados em assembleia metropolitana convocada para esse fim.

2 — As deliberações da assembleia metropolitana sobre as alterações dos estatutos serão válidas se tomadas por maioria qualificada de três quartos dos membros presentes.

Conferida está conforme.

29 de Março de 2004. — O Ajudante, (Assinatura ilegível.)
3000139897

MARCA — ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Certifico, que por escritura de hoje, exarada a fls. 71 a fls. 72 do livro de notas para escrituras diversas n.º 42-D, deste Cartório Notarial de Arraiolos, a cargo da notária, Maria Gabriela Diniz da Fonseca Nunes Pimentel, foi outorgada uma escritura de alteração de estatutos da

associação MARCA — Associação de Desenvolvimento Local, com sede no Largo do General Humberto Delgado, 7, em Montemor-o-Novo, pessoa colectiva n.º 503903060.

Que, em cumprimento da deliberação tomada em assembleia geral, alteram a redacção dos artigos 3.º e 4.º dos estatutos, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

A Associação tem por objecto o desenvolvimento integrado do concelho de Montemor-o-Novo e, em especial, a promoção de acções na área sócio-cultural, preservação do ambiente e valorização do património natural e construído.

ARTIGO 4.º

Para concretização desse objecto, a Associação poderá realizar, entre outras, a:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) Concepção, execução e apoio a projectos e actividades relacionadas com a cooperação e educação para o desenvolvimento e ajuda humanitárias e de emergência a países em vias de desenvolvimento;

i) Promoção, sensibilização e dinamização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento empenhado com os países em vias de desenvolvimento e para o respeito dos direitos humanos e restantes convenções internacionais.

Está conforme.

24 de Março de 2004. — A Ajudante, Delfina de Jesus Piteira
Valente. 3000141138

GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE

Certifico, que por escritura outorgada hoje e exarada a fls. 70 e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas n.º 281-B, deste 1.º Cartório Notarial de Barcelos, foram alterados os estatutos da associação Gil Vicente Futebol Clube, com sede social e administrativa em Barcelos.

Está conforme com o original.

31 de Março de 2004. — O Ajudante, (Assinatura ilegível.)
3000141661

CLUBE DESPORTIVO DE CAÇA E PESCA DE CASÉVEL

Certifico que no dia 27 de Abril de 2004, exarada a fls. 66 e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas n.º 167-C, deste Cartório Notarial de Penela, a cargo da notária licenciada Maria Cândida da Costa Pereira Leal de Bulhões, foi feita uma escritura de alteração de estatutos da associação Clube Desportivo de Caça e Pesca de Casével, com sede no lugar de Casével, freguesia de Ega, 3150-255, concelho de Condeixa-a-Nova, pessoa colectiva n.º 501905227, de interesse público, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado e tem por objecto exercer os direitos atribuídos por lei às associações e clubes de caçadores, representando para o efeito os seus associados; ter finalidade recreativa e formativa dos caçadores; contribuindo para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça; fomentar e zelar pelo cumprimento das normas legais da caça; promover ou apoiar cursos ou outras acções de formação tendentes à apresentação dos candidatos associados aos exames para obtenção de carta de caçador; promover ou apoiar cursos ou outras acções de formação ou reciclagem sobre gestão de zonas de caça e conservação da fauna e dos seus habitat; procurar harmonizar os interesses dos caçadores com os dos proprietários, agricultores, produtores florestais e industriais, comerciantes, técnicos ou de outros cidadãos interessados na conservação da fauna, preconizando as acções que para o efeito tenham por convenientes, fomentar nos caçadores o espírito associativo, bem como o espírito ético, na prática da caça, estabelecendo elos de ligação entre todos aqueles que se dedicam à cinegética, nas suas diversas vertentes; organizar provas desportivas relacionadas com a cinegética, nas suas diversas modalidades, representando também para o efeito o despor-